

PODER

Derrubada de MP trava LDO

Votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias é adiada, enquanto governo busca opções à queda do texto que aumentava a arrecadação

» DANANDRA ROCHA
» RAPHAEL PATI
» ALICIA BERNARDES

Em meio ao impasse entre o governo e o Congresso, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) adiou para a próxima terça-feira a votação do relatório da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026. Há divergências entre os parlamentares e o Executivo em torno de pontos centrais do texto, especialmente relacionados ao pagamento de emendas parlamentares e às medidas para o equilíbrio fiscal.

O anúncio foi feito pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), na Residência Oficial do Senado.

“O presidente (Alcolumbre) anunciou, na semana passada, a sessão do Congresso. Em prol de uma ‘concertação’ orçamentária com as contas da União, conseguimos pelo menos adiar o tema relativo à LDO. O segundo tema, que são os vetos à Lei Geral de Licenciamento Ambiental, é o que está pautado para a sessão de quinta-feira”, disse o parlamentar.

Ele explicou que o adiamento da votação da LDO é motivado pela derrubada da Medida Provisória (MP) 1.303/2025, que previa uma arrecadação extra de R\$ 17 bilhões e perdeu validade na última quarta-feira. “O governo está à disposição para perseguir o texto da LDO como ele está. Só que o centro da meta previsto não bate com a rejeição da medida provisória. Por isso, neste momento, não temos as contas fechadas. Quando o ministro Fernando

Jefferson Rudy/Agência Senado



Randolfe (C): “Temos uma conta que não fecha, algo entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões”

Haddad fala, por exemplo, em corte de emendas, ele não está fazendo ameaça. É um diagnóstico da realidade: não teremos recursos para várias atividades. Entre elas, as emendas parlamentares”, acrescentou.

O texto da LDO deveria ter sido votado na terça-feira, mas o governo decidiu adiar a deliberação após a constatação de que ainda há desequilíbrio nas contas. A rejeição da MP 1.303 deixou um rombo estimado entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões, segundo Rodrigues.

“O orçamento público tem contas a serem feitas. E nós temos uma conta que não fecha, algo entre R\$ 40 bilhões e R\$ 50 bilhões. A medida provisória que caducou na semana passada representava mais

de dois terços da solução para esse desequilíbrio, com cortes de gastos e ajustes nas despesas. A parte tributária — taxação de bilionários, apostas e bancos — não era a maior parte da MP”, ressaltou.

O senador destacou que o adiamento foi acertado para permitir uma análise mais realista das metas fiscais. Ele agradeceu o gesto de Alcolumbre e do presidente da CMO, senador Efraim Filho (União Brasil-PB). “Ainda bem que foi adiada. Temos uma LDO que estabelece o centro da meta em 0,25% e uma decisão do Tribunal de Contas que diz que essa meta seja perseguida. (...) Mas, com a rejeição da MP, essas contas não batem. É uma equação que precisa

ser refeita”, declarou.

A reunião entre Haddad e Alcolumbre teve como objetivo buscar alternativas para ajustar as contas públicas e destravar a votação da LDO. Também participaram do encontro o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, e assessores técnicos das duas Casas. A expectativa é de que o grupo apresente, nos próximos dias, uma proposta de consenso para garantir a votação do texto ainda em outubro.

Haddad frisou, após o encontro, que o presidente do Senado deu “várias sinalizações e encaminhamentos”, mas que o próximo passo dependerá do andamento das negociações no Congresso.



Neste momento, não temos as contas fechadas. Quando o ministro Fernando Haddad fala, por exemplo, em corte de emendas, ele não está fazendo ameaça. É um diagnóstico da realidade: não teremos recursos para várias atividades. Entre elas, as emendas parlamentares”

Randolfe Rodrigues (PT-AP), senador

mundo de acordo; a questão de disciplinamento de compensação, estava todo mundo de acordo, nem tinha emenda sobre isso”, afirmou.

O titular da Fazenda ainda ressaltou que a equipe econômica trabalha para garantir consistência entre as decisões legislativas e as metas fiscais do governo.

Em paralelo, a oposição se articula para impor novos limites aos gastos do governo Lula em 2026, ano eleitoral. O movimento inclui a apresentação de um destaque ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), que obrigaria a equipe econômica a perseguir o centro da meta fiscal — e não o piso, como tem ocorrido atualmente.

A proposta retoma uma emenda apresentada pela senadora Damares Alves (Republicanos-DF), rejeitada anteriormente pela CMO. Deve ser reapresentada na próxima reunião do colegiado, conforme disse a parlamentar. O grupo oposicionista pretende ainda usar como argumento as recentes cobranças do TCU, que classificou como irregular a prática de mirar o piso da meta fiscal, alertando que a manobra pode acarretar sanções ao governo.

“O governo quer passar no tapetão uma LDO que seja permissiva com o descumprimento da meta fiscal. É como se buscasse o aval do Legislativo para praticar suas pedaladas. Mas queremos trazer o Orçamento da União de volta para o centro da meta. E sequer estamos inovando isso. Desde o ano passado, o TCU tem reiterado seus posicionamentos sobre a necessidade de controle das contas. Só queremos que o governo siga esse entendimento”, disse a senadora ao **Correio**.

LEI AMBIENTAL

Congresso decide sobre vetos

» ISRAEL MEDEIROS

Sem a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), hoje, deputados e senadores devem analisar a série de vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à nova Lei do Licenciamento Ambiental. O texto, apelidado por ambientalistas e por parlamentares governistas de “PL da Devastação”, foi aprovado na Câmara em julho, sob forte resistência do Ministério do Meio Ambiente, comandado pela ministra Marina Silva, e enviado à sanção presidencial.

Ao chegar à mesa de Lula, o petista vetou 63 trechos da lei, dentre eles a licença simplificada — Licença por Adesão e Compromisso (LAC) — para empreendimentos de médio potencial poluidor; e a adoção de um procedimento monofásico na concessão da Licença Ambiental Especial (LAE). Outros pontos polêmicos também sofreram vetos totais ou parciais, todos com a “consultoria” do Ministério do Meio Ambiente e de outras pastas.

A tendência é que maioria dos vetos, no entanto, seja derrubada pelo Congresso, segundo parlamentares envolvidos nas negociações e ouvidos pelo **Correio**. Desde a aprovação do texto, pouco mudou em termos de força política do governo no Legislativo: o Planalto segue com dificuldades para consolidar uma base de apoio e o Novo Licenciamento Ambiental atende aos interesses de diversos setores econômicos com forte lobby no Congresso. Além disso, o Planalto tem colocado em prática, nos últimos dias, uma onda de exonerações nos cargos indicados por partidos do Centrão que não corresponderam às expectativas de votos em matérias importantes para o Executivo. A demissão em massa atinge principalmente legendas como PSD, PP e União Brasil.

A avaliação de deputados que atuaram para aprovar a nova lei é de que apenas alguns vetos com menor resistência serão mantidos pelos parlamentares. Cientes do cenário desfavorável, líderes governistas nas duas Casas tentaram negociar com o presidente do Senado

Marcello Nicolato/Divulgação



Ambientalistas alertam para retrocessos se vetos forem derrubados

» Sob pressão

O presidente Lula vetou 63 dos 400 dispositivos do novo marco legal do licenciamento, além de apresentar um projeto de lei alternativo e uma medida provisória relacionada ao tema. Mesmo assim, a Coalizão das Frentes Parlamentares Produtivas defende a derrubada de todos os vetos presidenciais ao Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental (PL 15.190/25) e pela incorporação de parte dos temas tratados nos vetos ao projeto de lei alternativo ou na MP.

e do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), o adiamento da sessão do Congresso para ganhar tempo. Um líder da Câmara disse à reportagem que o foco era “sensibilizar” Alcolumbre.

Foi o que tentou fazer também o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), em uma reunião com Alcolumbre ontem na Residência Oficial do Senado. “A posição do governo é pela manutenção dos vetos. O presidente da República, ao pôr os vetos em relação ao Licenciamento Ambiental, compreendeu o que deveria ser sancionado e o que deveria ser vetado”, disse Randolfe a jornalistas.

O senador mencionou, ainda, que a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, também conversou com Alcolumbre, na segunda-feira, para pedir o adiamento da sessão. Um dos argumentos citados por ela foi

a proximidade com a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP) 30, a ser realizada em novembro em Belém (PA).

“O primeiro argumento apresentado por ela é que não seria confortável o Brasil ser sede de uma conferência do clima e nós termos nas vésperas a apreciação de vetos que comprometessem a legislação ambiental”, afirmou Randolfe.

O governo vê o evento como uma oportunidade de trazer protagonismo ao Brasil nas negociações contra as mudanças climáticas. No início da semana, representantes do governo — incluindo a ministra Marina Silva e o vice-presidente Geraldo Alckmin — participaram da Pré-COP em Brasília, ao lado de líderes internacionais, e deram ênfase aos desafios climáticos enfrentados por nações de todo o planeta.

MANHATTAN SHOPPING

É CHIQUE.
É CHARME.
É SEU.

PRESENTES & SERVIÇOS

Inauguração
1º de novembro | 10 horas

bancoBRB

CAMICADO

claro

cvc

LIVRARIA DA VILA

PLAYBOX

QUE MARIO

TIM

TALK

Shoppings Paul Octavio

MANHATTAN SHOPPING